



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639185 - MG (2021/0005505-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RODRIGO PIVA VERONESI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : R R S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de R. R. S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.20.543240-4/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 217-A, § 1º, do Código Penal.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a segregação cautelar, porquanto estariam fundados em elementos genéricos e na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva está fundamentada, em princípio, na gravidade concreta do crime, revelada pelo *modus operandi* empregado na execução delitiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente